

III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

CORPOS SOB TORTURA: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL.

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Rayssa Silva Moreira ⁽¹⁾. Co-autores: Tainá de Fátima Silva; Laís da Silva Ximenes.

Introdução:

A Ditadura Civil Militar representou um momento de grave violação aos Direitos Humanos, sendo marcado pela repressão, legitimada pelo Estado, por isso buscamos discutir esse período, tendo como enfoque o corpo, que indo de contramão a passividade e ao controle exercido no regime ditatorial, era atacado, através, dos mecanismos de tortura, utilizados pelo Estado. O ataque ao corpo assim significou o ataque ao humano, destituindo um direito fundamental: a vida, por isso articulamos essa discussão com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que condenou a tortura, todavia a mesma foi deixada de lado, nesse regime.

Palavras-chave:

Direitos Humanos; Ditadura Civil- Militar, Tortura.

Objetivos

Objetiva-se pensar sobre os casos de torturas ocorridos no período de Ditadura Civil Militar no Estado do Ceará, utilizando a Declaração dos Direitos Humanos e tratando-as como ataque ao corpo, no qual o maior inimigo do cidadão era o próprio Estado.

Metodologia:

Embasando-se em livros, artigos e documentários sobre o período de Ditadura Civil Militar o então trabalho fundamenta-se no livro, *Vozes silenciadas* de Papito de Oliveira que faz uma leitura sobre os casos de torturas ocorridas no Ceará, através de um levantamento de partidos políticos contra o regime ditatorial. Fundamentando-se no artigo O Ataque ao Corpo Durante a Ditadura Militar Brasileira de Ana Claudia Bueno Fernandes que faz uma reflexão sobre o corpo a partir da Declaração dos Direitos Humanos, utilizando também o documentário Faces da Ditadura Cearense uma produção da Universidade Estadual do Ceará que relata os casos de torturas ocorridos no Ceará, na década de 70.

Resultados e Discussão:

A tortura foi um instrumento usado pelo Estado para manutenção do regime em voga, para, sendo o ataque ao corpo, um método utilizado para a domesticação e controle dele nesse período, já que ele é segundo Fernandes “o espaço que um indivíduo ocupa na sociedade, carregado por suas ideias e responsável por suas ações diretas” (2011, p.343), por meio desse mecanismo, buscavam destruir e desequilibrar o indivíduo, aniquilando seus ideais de um regime democrático. É válido salientar que esse recurso era, incorporado pela Doutrina de Segurança, por outro lado esse controle absoluto nas mãos do Estado retirou do ser humano além do direito de ocupar a sociedade com suas ideias, também retirou o direito à vida, matando pessoas e provocando vários danos aos que foram torturados.

Conclusões preliminares

Procuramos nesse trabalho, perceber o instrumento da tortura, que foi condenado pela Declaração Universal do Direitos Humanos e legitimada pelo Estado. É necessário trazer a discussão essas questões, pois os corpos de muitas vítimas, assassinadas pelo Estado, continuam desaparecidos, impossibilitando seus familiares de fazerem seu ritual de despedida, por isso a luta da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos lutam para que a memória sobre esses acontecimentos permaneça viva, bem como para que as práticas arbitrárias do Estado possam ser reveladas e não silenciadas.

Referências bibliográficas

ANS. Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. Editora Vorazes. Petrópolis, 2001.

OLIVEIRA. Papito. **Vozes Silenciadas**. Imprensa Universitária. Fortaleza, 2009.

Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos (2011 : 02 a 30 abr. : Porto Alegre, RS).

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. (raysmoreira@hotmail.com).

**III Seminário Nacional de História e
Contemporaneidades**
Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre : APERS,
2011. 456 f